

ECONOMIA FORMAL E ECONOMIA POLÍTICA

Luiz Carlos Bresser Pereira

Apostila para o curso de economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, 1970. ECON-L-19.

Todas as ciências têm uma aspiração à universalidade e à neutralidade ideológica. Estes objetivos foram em grande parte atingidos pelas ciências metodológicas, como a Matemática e a Lógica. Foram também alcançados pelas ciências físicas, como a Física, a Química, a Mecânica, a Biologia. Por analogia, os cientistas sociais também procuraram atingir essa mesma universalidade e neutralidade. E entre os cientistas sociais, talvez tenham sido os economistas aqueles que mais se deixaram tomar por essa tentação.

Neste artigo vamos discutir este problema, tentando apresentar para o mesmo um novo enfoque. Examinaremos, inicialmente, em rápidos traços, o desenvolvimento da ciência econômica. Ficará claro, então, o seu caráter, historicamente situado e ideologicamente condicionado. Como decorrência do seu desenvolvimento, apresentaremos uma classificação usual desta ciência, que procura abranger todas as suas áreas de interesse. Em seguida, proporemos uma nova classificação, baseada na existência de uma distinção, dentro da Análise Econômica, de Economia Formal e Economia Política. Esta distinção poderia também ser realizada para as ciências físicas, mas, nesse caso, não seria tão útil, já que seu objetivo fundamental é distinguir os elementos relativamente universais e neutros, dentro da Economia, dos elementos contingentes e carregados de valor. Veremos, então, que a Economia ou Ciência Econômica possui uma parte adjetiva ou metodológica, que chamaremos de Economia Formal e outra, substantiva, a Economia Política.

Esta classificação será especialmente importante para os economistas dos países subdesenvolvidos, em sua tentativa de adaptarem e recriarem a teoria econômica à realidade de seus países. Será também útil para os economistas dos países desenvolvidos, que são obrigados a analisar uma realidade econômica em permanente transformação. Será também importante na determinação do método a ser empregado, Terá, naturalmente, suas dificuldades. Nem sempre a classificação eliminará as áreas cinzentas, as situações intermediárias. Mas são geralmente as dificuldades que tornam mais fascinantes os problemas.

A Elaboração da Ciência Econômica

Os economistas clássicos que fundaram a ciência econômica chamaram-na de Economia Política, pretendendo, com isso, definir claramente o seu objeto: o estudo do sistema de produção e distribuição de riqueza que estava ocorrendo no sistema capitalista inglês e francês de fins do século XVIII e início do século XIX. A Economia era chamada de Política porque procurava, simultaneamente, analisar o sistema econômico como um processo social situado no tempo e no espaço, e orientá-lo em direção a determinados objetivos políticos. Embora houvesse um grande esforço de generalização e de sistematização de idéias, que garantia à Economia Política o seu status de análise científica, esta, nos escritos dos economistas clássicos, Adam Smith a Ricardo e Stuart Mill, jamais perdia seu caráter de análise historicamente situada.

A Revolução Industrial era o grande acontecimento econômico da época, marcada pela ascensão da burguesia ao poder político e econômico, e pela definição de uma ideologia liberal e individualista, que legitimasse esse poder. O desenvolvimento da Economia Política é um capítulo central da formulação dessa ideologia.

A Economia Política era concomitantemente análise factual e sistema de valores. O mundo do ‘ser’ e do ‘dever ser’ eram confundidos. Não havia uma distinção clara entre o que os economistas hoje chamam de Economia Positiva e de Economia Normativa, ou, então, de Análise Econômica e de Política Econômica. A Economia Política era, ao mesmo tempo, análise e política, interpretação de uma realidade econômica e recomendação de uma política aos governantes, em função daquela análise e de uma série de objetivos econômicos a serem politicamente atingidos.

O desmascaramento realizado por Marx de caráter ideológico da Economia Política levou os economistas ortodoxos da segunda metade do século XIX a reformularem a ciência econômica. Surge a Escola Neoclássica, marcada pelos nomes de Menger, Walras, Sevons, Pareto e, principalmente, pela figura dominante de Marshall. Os neoclássicos, em todo o seu trabalho, visam a desenvolver uma ciência “pura”, objetiva e “positiva”, desvinculada de valores, isenta de influências ideológicas. Para isto, procuram organizar uma ciência a mais abstrata e universal possível. Surgem os modelos econômicos matemáticos. Os gráficos e as equações tomam conta da ciência econômica. Esta se transforma em um cargo de conhecimentos abstratos, rigorosamente ordenados. E, assim, a ciência econômica transforma-se em uma espécie de torre de marfim, cuja análise quanto mais rigorosa é, mais se distancia da realidade. Curiosamente, esta afirmação não se aplica plenamente à principal figura neoclássica, Alfred Marshall, que, apesar do grande esforço de abstração realizado, procurava sempre estar com os pés fincados na realidade. A tônica do movimento, porém, é o alto nível de abstração da análise realizada, e o gradualismo ou continuidade atribuídos a todos os processos econômicos e sociais, que podem, assim, ser submetidos à chamada análise marginal. Esta, por sua vez, podendo se expressar através da análise diferencial, permite um grau ainda maior de abstração.

Como resultado, a ciência econômica muda de nome. Deixa de ser Economia Política para transformar-se em Economia.¹

Com isto ela pretende uma maior universalidade e objetividade. A Economia Positiva distingue-se agora, com razoável clareza, da Economia Normativa. A ciência econômica passa por um grande desenvolvimento teórico. Muitos dos seus expoentes pretendem, afinal, haver superado a crítica de Marx, ela própria também ideologicamente condicionada. Na verdade, porém, a Economia continua tão ideológica quanto a Economia Política o era. Seu próprio início, baseado na teoria subjetiva do valor - a teoria da utilidade marginal - deixa isto bem claro. Independentemente da validade intrínseca que possa ter essa teoria, é indiscutível que o estímulo para o seu surgimento partiu, essencialmente, da constatação de que a teoria do valor trabalho, além de apresentar sérias dificuldades teóricas, tinha implicações políticas desagradáveis para o sistema capitalista. Outra ilustração de caráter ideológico da economia neoclássica está na conceituação do equilíbrio geral de Walras. Um imenso esforço de abstração é realizado, pressupostos altamente irrealistas são estabelecidos. Toda a realidade econômica e social é violentada para que possa ser demonstrada a tese central do liberalismo econômico - a tese de que a intervenção estatal na economia é dispensável, estando garantidos o pleno emprego e a eficiência máxima, além de uma satisfação ótima de produtores e consumidores, desde que prevaleçam condições de concorrência perfeita no sistema econômico. É certo que os economistas neoclássicos jamais pretenderam que todas as condições da concorrência perfeita fossem satisfeitas no sistema capitalista. Mas deixaram sempre bem claro que os desvios entre a realidade e o modelo teórico não eram suficientemente grandes para pôr em risco a operacionalidade do modelo. A base ideológica transparece, portanto, com toda limpidez, na análise neoclássica. Oficialmente os economistas neoclássicos visavam a descrever e analisar o funcionamento do sistema capitalista, na verdade estavam interessados em demonstrar sua excelência através da teoria do equilíbrio geral.

Neste século, o pensamento econômico continuou dominado pelo pensamento neoclássico. Há, sem dúvida, a revolução keynesiana, que negou alguns dos princípios da análise econômica neoclássica - estabeleceu algumas perspectivas e conceitos novos - a visão da economia em termos agregados, a função consumo -, e chegou a conclusões diversas da economia neoclássica quanto à tendência normal da economia: estagnação e desemprego. Nesses termos, tornava-se necessária uma intervenção do Estado, através de política fiscal e monetária, a fim de manter o nível de emprego e controlar a economia. Estas restrições ao modelo neoclássico, porém, não são radicais. Keynes era, na verdade, um economista que tornou operacional a ciência econômica, estabelecendo limites para o liberalismo econômico. Todo o instrumental usado por Keynes, porém, é neoclássico. Mais do que isto, quase todos os pressupostos em que baseou seu modelo econômico agregado são neoclássicos, inclusive a concorrência perfeita. Conforme demonstrou Hicks, através de seu modelo integrado do mercado monetário e do mercado de bens, expressos pelas curvas LM e IS, a distinção entre Keynes e os neoclássicos é, no plano do modelo, pequena. Abba Lerner, que também chega à mesma conclusão, ensina em suas aulas que, em última análise, o modelo neoclássico demonstra que, ao entrar a economia em depressão, a decorrente baixa de salários garante, em

¹ Em inglês, *Economics*, palavra distinta, portanto, de *Economy*, que significa a economia enquanto fenômeno social real.

última análise, a recuperação da economia, porque, nesse momento, havendo deflação e permanecendo constante a quantidade nominal de moeda, aumenta-se a quantidade real desta. Ora, a recomendação de Keynes para os momentos de recessão era, basicamente, a de aumentar diretamente a quantidade de moeda, sem necessidade de se passar por todos os percalços de uma baixa de salários, como pretendiam os clássicos, baixa essa que, afinal, teria o mesmo resultado. E é exatamente esta proximidade entre o pensamento keynesiano e o dos economistas neoclássicos que irá permitir a estes realizar a cooptação da teoria keynesiana. Hicks realiza esta tarefa inicialmente, de forma brilhante. Os conceitos keynesianos são incorporados ao pensamento neoclássico de forma sutil, mas efetiva. Nos livros textos, a macroeconomia keynesiana perde todo o seu caráter crítico, e a economia volta a tender ao equilíbrio, não apenas em termos microeconômicos, mas agora também a partir de uma abordagem macroeconômica.

Nesses termos, dada essa proximidade entre a teoria neoclássica e a keynesiana, esta não substitui aquela. Simplesmente enriqueceu-a. E passamos a ter a Análise Econômica dividida em dois setores principais: a Microeconomia, incorporando o pensamento neoclássico ortodoxo, e a Macroeconomia, contendo a visão keynesiana. A primeira parte do comportamento dos agentes econômicos individuais e, usando centralmente as leis da oferta e da procura, procura demonstrar a racionalidade imanente ao sistema econômico capitalista. A segunda, partindo da definição e análise dos agregados econômicos, limita a racionalidade do sistema, e estabelece as diretrizes gerais da intervenção do Estado na economia. Ambas se completam, embora nem sempre sejam perfeitamente coerentes. O liberalismo limitado de Keynes corresponde a um estágio avançado do capitalismo, em que a classe capitalista, solidamente instalada no poder, deixa de considerar toda e qualquer intervenção do Estado um mal. O capitalismo monopolista teme mais as crises do que um certo grau de estatização. Embora não faça uma defesa do monopólio propriamente dito, a economia keynesiana é um instrumento refinado da ideologia do capitalismo monopolista, da mesma forma que a escola clássica fora uma arma declarada do capitalismo da revolução industrial e a escola fora uma legitimação do capitalismo maduro da segunda metade do século XIX.

Teoria Econômica e Subdesenvolvimento

Finalmente, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, surgiu, em todo o mundo, uma preocupação pelo desenvolvimento econômico. Os países subdesenvolvidos, particularmente, tomaram consciência de sua situação de inferioridade. E surgiu toda uma onda de estudos econômicos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Alguns, estritamente ortodoxos, simplesmente procuravam tornar dinâmicos os modelos econômicos estáticos e, em seguida, aplicá-los à economia dos países subdesenvolvidos. Outros, entre os quais o caso mais conspícuo é o dos economistas estruturalistas latino-americanos, tentavam formular uma análise econômica original para os países subdesenvolvidos, a partir de uma crítica da teoria ortodoxa. Esta crítica é feita com o fundamento de que a teoria econômica ortodoxa, seja a neoclássica, seja a keynesiana, além de ideologicamente condicionada, é situada no espaço e no tempo. Foi formulada para os países desenvolvidos, mas mesmo para eles não se adapta perfeitamente, conforme Galbraith demonstrou também em *O Novo Estado Industrial*.

No caso dos países desenvolvidos, o freqüente irrealismo da ciência econômica - que tem, presentemente, uma ilustração dramática na incapacidade da teoria ortodoxa em explicar, permanecendo fiel às suas premissas, a estagflação, ou seja, a recessão econômica conjugada com a inflação - resulta do fato de o sistema econômico estar situado no tempo, traduzindo um processo histórico dinâmico, enquanto que a ciência econômica ortodoxa, refletindo uma visão do mundo imobilista e conservadora, tem uma aspiração à atemporalidade. Em relação aos países subdesenvolvidos, o irrealismo da teoria econômica ortodoxa tem como causas não só diferenças de ordem histórica, mas também de ordem geográfica e social. O processo histórico dos países subdesenvolvidos não está apenas atrasado, em uma etapa diferente da dos países desenvolvidos, mas, além disso, o modelo de desenvolvimento, por que aqueles estão passando ou por que terão que passar, segue caminhos diversos daqueles percorridos pelos países hoje desenvolvidos.

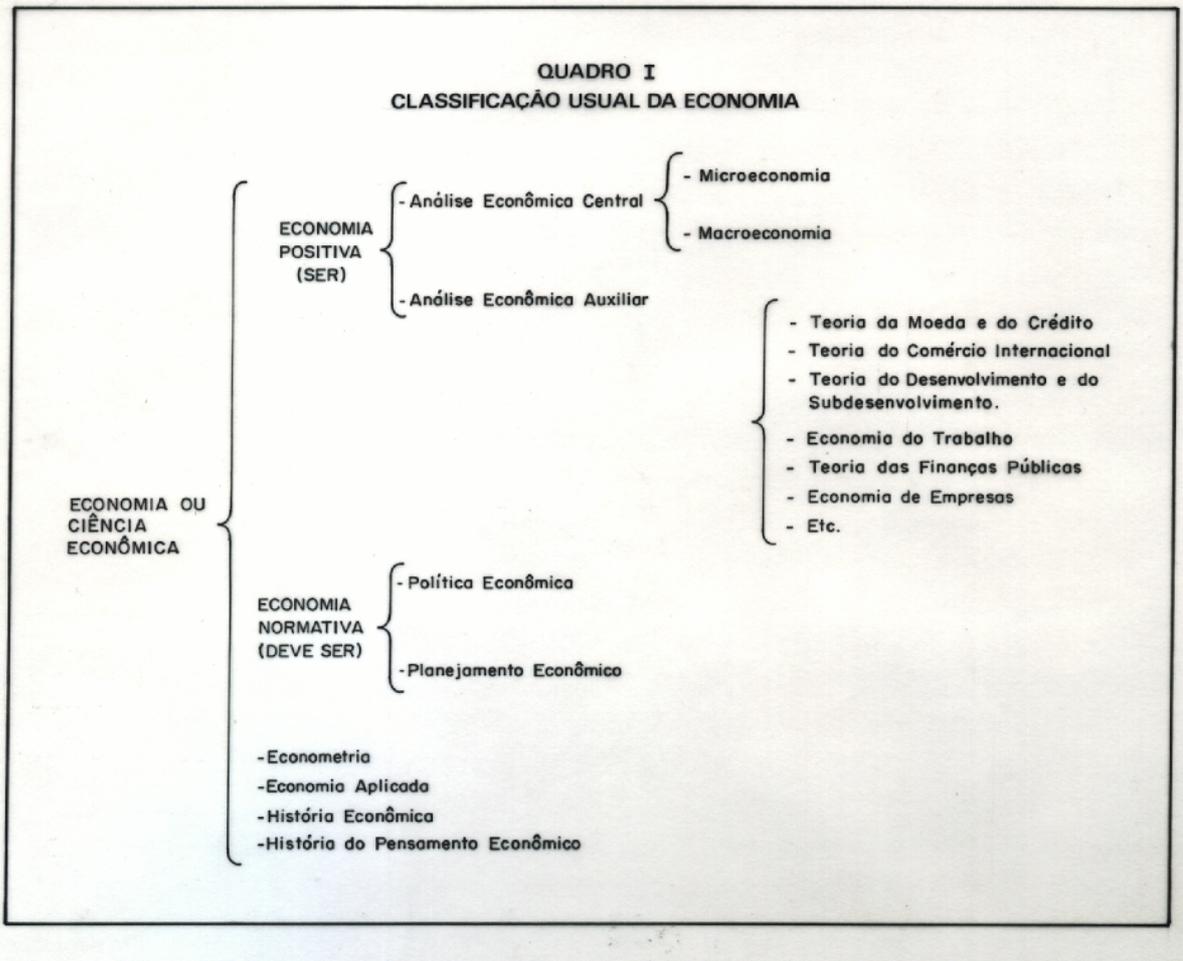
Tanto as tentativas dos economistas ortodoxos de formularem uma teoria dinâmica de desenvolvimento, como a dos economistas dissidentes localizados, principalmente, nos próprios países subdesenvolvidos, não lograram até o momento constituir um corpo de pensamento suficientemente coerente e integrado para se constituir em uma nova teoria econômica do capitalismo, ao lado da Microeconomia e da Macroeconomia. Os economistas dissidentes, especialmente, encontram grande dificuldade em sua tarefa, porque partem da necessidade de criticar-se a teoria econômica ortodoxa. Esta, porém, tem pelo menos dois séculos de elaboração e seu desenvolvimento e suas conquistas foram muito grandes. Ficam, assim, indecisos quanto à validade de se utilizarem muitos de seus instrumentos, e seus critérios para distinguirem o que é válido do que não o é, para seus países.

A Classificação Usual da Ciência Econômica

Veremos, neste artigo, que grande parte dessa dificuldade resulta de não termos ainda sido capazes de fazer uma distinção, dentro da Economia, de dois ramos interligados, mas distintos: a Economia Formal e a Economia Política. Nos termos da análise histórica que fizemos até agora, poderíamos fazer uma classificação da economia que, com um ou outro reparo, poderia ser aceita por todos os economistas ortodoxos, e mesmo por muitos economistas dissidentes. Chamaremos esta classificação de Classificação Usual da Ciência Econômica, apresentada no Quadro I.

Esta classificação é auto-explicável, exigindo poucos esclarecimentos além daqueles que o próprio quadro e a análise anterior que realizamos já forneceram. A Economia seria, em primeiro lugar, sujeita a uma divisão básica entre a Economia Positiva ou Análise Econômica -- que trata de descrever o sistema econômico em termos do que ele efetivamente é, ainda que em elevado nível de abstração -- e a Economia Normativa, que estabelece os objetivos a serem atingidos. A Economia Positiva tem um corpo de doutrina central, consubstanciado na Microeconomia e na Macroeconomia, e ramos auxiliares, subsidiários, de uma forma ou de outra, a Micro e a Macroeconomia: a Teoria da Moeda e do Crédito, a Teoria do Comércio Internacional, a Teoria do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento, a Economia do Trabalho, Finanças Públicas, Economia de Empresas, etc., podendo esta lista ser alongada, a medida em que vamos estabelecendo especializações dentro da Economia Positiva. A Economia Normativa, por sua vez, subdivide-se em Política Econômica, que trata dos

instrumentos de curto prazo, e Planejamento Econômico, que se refere aos instrumentos de longo prazo, ambos visando a atingir os objetivos estabelecidos pela Economia Normativa.



Temos ainda nessa classificação a Econometria, que trata dos métodos estatísticos de mensuração e teste dos modelos econômicos; a Economia Aplicada, que diz respeito à aplicação a determinado país, a determinada região, a determinada indústria, dos conceitos desenvolvidos pela Análise Econômica; a História Econômica, que trata do mesmo problema com uma preocupação histórica, mostrando a evolução através do tempo, de um determinado sistema econômico; a História do Pensamento Econômico, que é simplesmente o estudo e interpretação das teorias dos economistas e das escolas econômicas através dos tempos.

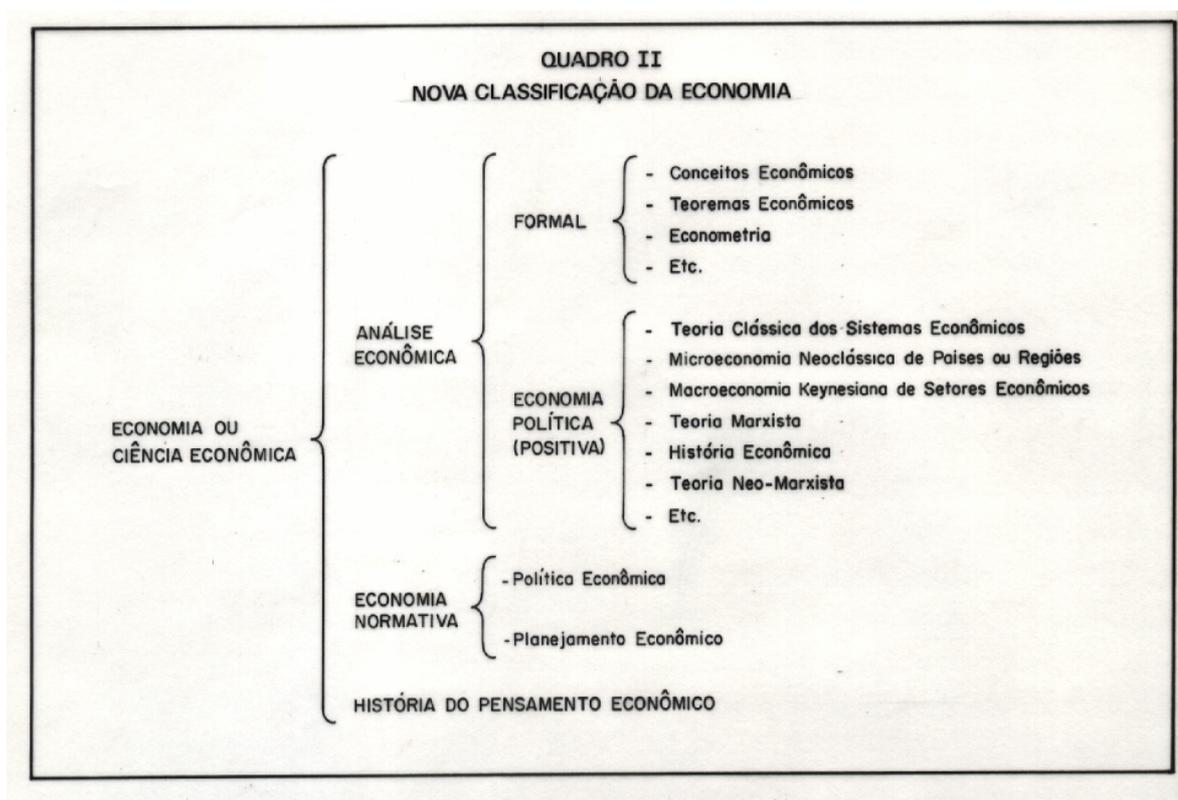
Esta classificação parece razoavelmente lógica e abrangente. É de fácil compreensão. E reflete, suficientemente bem, os esforços de elaboração da teoria econômica capitalista e as diversas especializações surgidas dentro da mesma. Entretanto, esta lógica é apenas aparente. Na verdade, esta classificação leva a confusões e equívocos graves os quais, todavia, são um simples reflexo dessas mesmas confusões e equívocos no seio da economia ortodoxa. Os equívocos são de ordem factual e metodológica. Entretanto, ao invés de fazermos a crítica

pormenorizada dessa classificação, vamos propor uma nova classificação na qual já estará implícita, senão explícita, essa crítica.

Economia Formal e Economia Política

Esta nova classificação está fundamentalmente baseada na distinção, dentro da Análise Econômica, de dois setores diversos, embora altamente relacionados: a Economia Formal e a Economia Política. O Quadro II apresenta essa nova classificação.

Esta classificação pretende ser eminentemente operacional, à medida que encaminha a solução de um problema crucial para os economistas de todos os países subdesenvolvidos. Estes se sentem fascinados pelas conquistas da ciência econômica ortodoxa dos países desenvolvidos, mas percebem que essa ciência foi elaborada para uma realidade econômica e social que não é a deles. A alternativa de tudo negar e de pretender construir uma análise econômica para os países subdesenvolvidos, ou para determinados países entre os subdesenvolvidos, é tão inaceitável quanto a de transplantar, com uma ou outra adaptação, a teoria econômica ortodoxa para os países subdesenvolvidos.



Por outro lado, se examinarmos a teoria econômica ortodoxa, veremos que esta, além de tentar elaborar um modelo geral para a economia capitalista de mercado, desenvolveu toda uma série de conceitos e de modelos parciais que são eminentemente metodológicos e formais. Por esse prisma, uma grande parte da análise econômica é constituída de uma série de conceitos e teoremas lógicos, que não pretendem descrever nenhuma realidade efetiva, mas

servir de instrumento para a análise econômica dos fatos reais. Os teoremas são meras construções lógicas, formais, que ganham validade na medida em que os pressupostos em que estão baseadas correspondem à realidade. Os conceitos independem, inclusive, de qualquer pressuposto. Possuem uma lógica interna que lhes é própria. Muitas vezes, são simples definições e classificações, que não são sujeitas a qualquer teste empírico, na medida em que valem por si mesmas.

A existência desses conceitos, teoremas e modelos lógicos dentro da ciência econômica foi observada por inúmeros economistas. Quem, porém, talvez tenha melhor conceituado o problema foi Schumpeter. Diz-nos ele:

“Há, todavia, também outro caminho, para interpretar nosso conhecimento conceitual, que é mais semelhante a Lógica. Se estabeleço, por exemplo, que -- sob determinadas condições -- o lucro imediato de um empresa será maximizado quando para um determinado produto o custo marginal se iguala a receita marginal (este último igualando-se ao preço no caso da concorrência, e o resultado é verdadeiro, se for uma regra de lógica geral, independentemente de alguém agir ou não sempre em conformidade com ela”.²

Mas Schumpeter, além de identificar toda uma área da análise econômica com um tipo de lógica, vai mais além e já sugere a divisão que estamos propondo entre Economia Formal e Economia Política. Continua o grande economista:

“Tal fato significa que há uma classe de teoremas econômicos que são normas ou ideais lógicos (não, porém, éticos ou políticos). E que, evidentemente, diferem de outra classe de teoremas econômicos que se baseiam diretamente em observações, como, por exemplo, a expectativa a respeito do aumento das oportunidades de empresa, afeta os gastos dos operários com bens de consumo . . .”³

Nesse mesmo contexto, Schumpeter considera extremamente feliz a afirmação de Joan Robinson, evidentemente calcada nessa mesma linha de pensamento, de que “a teoria econômica é uma caixa de instrumentos”.⁴ Nessa mesma linha de raciocínio, a própria Joan Rosinson nos afirma:

“A generalização das “leis econômicas” geralmente as apresenta tão acauteladas que aparecem tautológicas, dependendo, para sua validade, de suas próprias definições....”⁵

Creemos que, através da análise anterior, já está começando a ficar claro o que entendemos por Economia Formal, em oposição à Economia Política.

² Joseph A. Schumpeter, *História da Análise Econômica*. Fundo de Cultura, 1964, Rio de Janeiro, pág. 39.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Idem, pág. 37 Joan Robinson fez esta afirmação na introdução de seu livro clássico, *The Economics of Imperfect Competition*.

⁵ Joan Robinson, *Prática de Análise Econômica*, Fundo de Cultura, 1961, Rio de Janeiro, pág. 13.

Economia Formal seria o conjunto de definições, teoremas econômicas que possuem um conteúdo eminentemente lógico ou formal. Não pretende descrever nenhuma realidade objetiva, nem mesmo descrever, teoricamente, um sistema econômico abstrato. A Economia Formal é metodológica. É a “caixa de instrumentos” a que Joan Robinson se referia. Sua validade independe da observação dos fatos econômicos, na medida em que ela não os descreve, da mesma forma que a Matemática, a Lógica ou a Estatística são ciências adjetivas, metodológicas, que fornecem instrumentos para as ciências substantivas, que explicam a realidade.

Nesses termos, na Economia Formal poderíamos incluir uma série de conceitos e modelos abstratos, que não se referem a nenhuma realidade específica, mas que podem ser utilizadas para a compreensão da realidade. Na Microeconomia, por exemplo, temos os conceitos como os de procura, de oferta, de função de produção, de custos, de lucro, de elasticidade, de isoquantas e isocustos, de marginalidade. Temos teoremas, como o de que o lucro é maximizado quando o custo marginal é igual à receita marginal, ou que a combinação ótima de fatores nos é dada pelo ponto de tangência entre as isoquantas e os isocustos. Temos, também, meras equações, como a de que o lucro é igual a receita menos o custo, ou a de que o custo médio é igual ao custo total dividido pela quantidade produzida. Na Macroeconomia, embora os elementos de Economia Formal não sejam abundantes, temos, por exemplo, todo o sistema de contas nacionais, que não passa de um sistema de conceitos e classificações formais. Temos o conceito do multiplicador, a equação de trocas, etc. Na teoria do Desenvolvimento Econômico, como a relação produto capital e a relação capital trabalho são novamente exemplos de Economia Formal.

Incluimos ainda na Economia Formal a Econometria, entendida esta como o conjunto de métodos de base estatística utilizadas nas pesquisas econômicas. Estão excluídos, portanto, os próprios estudos econométricos, ou seja, as pesquisas realizadas, que vão situar-se na área que chamaremos de Economia Política.

Esta área da Economia que visa, utilizando os conceitos e teoremas da Economia Formal, a analisar o funcionamento efetivo dos sistemas econômicos. O modelo Microeconômico de equilíbrio geral de Walras ou mesmo o modelo de equilíbrio parcial de Marshall são exemplos de Economia Política. A Macroeconomia Keynesiana, assim como a teoria econômica Ricardista ou a Marxista são também exemplos de Economia Política. Esta análise pode pretender ser universal, e realizar-se em alto nível de abstração, como nos exemplos acima, e principalmente no modelo neoclássico, ou mais específica. Neste caso, ao invés de estabelecer como hipótese a existência de um único sistema econômico, ou mesmo um único sistema capitalista, procura realizar uma análise situada no espaço e no tempo. Em ambos os casos teremos, independentemente do grau de abstração, Economia Política.

Universalidade e Neutralidade

Poderíamos chamar a esta parte da Ciência Econômica de Economia Positiva, ou simplesmente de Economia. Preferimos, porém, reservar este último termo apenas para a Ciência Econômica como um todo, incluindo a parte analítica e a parte normativa. Por outro lado, optamos por Economia Política para denominar a efetiva análise e interpretação do

funcionamento dos sistemas econômicos, ao invés de Economia Positiva, para deixarmos bem claro o caráter historicamente situado e ideologicamente condicionado deste tipo de análise. A noção de Economia Positiva, introduzida por economistas neoclássicos, está relacionada com um tipo de análise objetiva, neutra e universal, que nos parece incompatível com a análise dos sistemas econômicos. Por isso, restabelecemos o nome de Economia Política, agora com um sentido mais limitado, já que na época dos economistas clássicos, Economia Política abarcava toda a ciência econômica. Restabelecemos esse termo porque, em nenhum momento, os economistas clássicos pretenderam dar à Economia Política um caráter atemporal, universal e neutro em questões de valor, caráter esse, que não podia ter.

Em contrapartida, podemos agora atribuir uma relativa universalidade, atemporalidade e neutralidade à Economia Formal. É claro que mesmo os conceitos e modelos formais surgiram em momentos históricos determinados para fornecer respostas a problemas específicos que os economistas enfrentavam. Mas é difícil atribuir ao conceito de elasticidade uma conotação ideológica, ou ao conceito de produtividade marginal uma limitação histórica. Podemos, sem dúvida, quando estivermos estudando a Economia Política dos salários deixar de utilizar esse último instrumento, ou utilizá-lo como principal elemento explicativo, ou como mero auxiliar. Mas não há dúvida de que, enquanto meros instrumentos formais, eles são relativamente neutros e universais.

Operacionalidade Básica da Classificação

Vista a Análise Econômica sob esse prisma, distinguindo-se à Economia Formal da Economia Política, torna-se evidente a operacionalidade da classificação.

Em primeiro lugar, como dissemos acima, esta classificação encaminha a solução do problema dos economistas (e particularmente dos economistas dos países subdesenvolvidos) no sentido de encontrarem diante de si uma teoria econômica pretendidamente neutra e universal, mas evidentemente ideológica e histórica. Fica claro, agora, que a Economia Formal possui uma relativa universalidade e neutralidade. Não a Economia Política. A Economia Formal, portanto, é extremamente útil e necessária para todos os economistas, em qualquer parte do mundo. Particularmente, mas não exclusivamente, para os economistas que visam a analisar sistemas econômicos capitalistas. Já a Economia Política, embora deva ser conhecida, é extremamente perigosa, porque é historicamente situada e ideologicamente condicionada. Quando afirmamos, por exemplo, que todas as atividades econômicas estão sujeitas à lei dos rendimentos decrescentes, ou que a função consumo tem sempre determinada forma, ou que as economias capitalistas tendem para o equilíbrio geral walrasiano, ou que a inflação é sempre causada pelo aumento da quantidade de moeda, ou que a taxa de lucros tem tendência declinante, estamos não só correndo o risco de generalizar, indevidamente, mas também estaremos muito provavelmente sendo influenciados ideologicamente em nossas afirmações.

Sem dúvida, a Economia Formal não é totalmente isenta de influências ideológicas e históricas. Os conceitos e os teoremas formais surgiram em determinados momentos históricos, ligados a determinados interesses ideológicos. O conceito de marginalidade, por exemplo, enquadra-se perfeitamente dentro dessas características. A afirmação de que

teoricamente o lucro da empresa é maximizado quando o custo marginal é igual a receita marginal pode aparentar ser um mero teorema lógico. Entretanto, quando o formulamos, estamos implícita ou explicitamente dizendo também que as empresas determinam seus níveis de produção segundo esse parâmetro. Nesta hora a Economia Formal transformou-se em Economia Positiva e perdeu toda neutralidade. Entretanto, feita essa ressalva, e tomadas, portanto, as devidas precauções, é possível encarar o conceito de marginalidade de uma forma neutra e universal. Esse conceito torna-se, então, um instrumento razoavelmente esvaziado de valores. E pode, eventualmente, ser muito útil para o economista elaborar a Economia Política dos sistemas econômicos e sociais mais diversos. Os economistas soviéticos, por exemplo, usam amplamente os conceitos marginais principalmente o de custo marginal, em suas discussões econômicas, ou seja, em sua formulação de uma Economia Política. As mesmas afirmações aplicam-se, por exemplo, aos conceitos de lucro, ou de custo variável em oposição a custo fixo. São também conceitos relativamente neutros e universais, e são de imensa utilidade para os economistas.

O objetivo fundamental da distinção entre a Economia Formal e Economia Política, portanto, é o de ressaltar a existência, dentro da Ciência Econômica, de uma série de conceitos e teoremas formais, de caráter metodológico ou adjetivo, possuidores de um grau relativamente elevado de neutralidade e universalidade -- a Economia Formal -- e de uma série de teorias gerais as quais, apesar de todo embasamento empírico que pretendem possuir, não deixam de ser historicamente situados e ideologicamente condicionados ao pretenderem descrever o funcionamento real dos sistemas econômicos -- a Economia Política. Para os economistas o conhecimento tanto da Economia Formal quanto da Economia Política é importante. No processo, porém de desenvolver uma interpretação econômica para o funcionamento de sua economia, o economista poderá usar, apenas com algumas precauções, a Economia Formal. Já em relação a Economia Política, porém, para que seu trabalho venha a se constituir em uma contribuição efetiva, ele terá que partir de uma crítica a Economia Política dos países desenvolvidos, para, assim elaborar uma Economia Política historicamente situada, válida para o aqui e o agora que estão sendo interpretados.

Evidentemente, essa distinção não é útil apenas para os economistas dos países subdesenvolvidos. Também para os economistas dos países desenvolvidos ela é fundamental, na medida em que se tentou desenvolver em Economia Política neutra e universal -- a Economia Positiva. Esta tentativa, evidentemente, não pode ser bem sucedida. Teve, como conseqüência, transformar a Teoria Econômica, sob muitos aspectos, em uma caricatura do real funcionamento da economia dos próprios países desenvolvidos. A Teoria Econômica Neoclássica, particularmente, caracterizou-se por uma alienação da realidade resultante dessa tentativa de neutralidade e universalidade. Keynes, que não pretendeu ser tão neutro ou universal⁶, conseguiu ser muito mais realista e operacional. A teoria econômica dos países desenvolvidos, à medida que o tempo passa e suas economias se transformam rapidamente,

⁶ Diz-nos Joan Robinson a respeito: "Os economistas ingleses, em particular Ricardo e Keynes, acostumaram-se a presumir, como preliminares tacitamente aceitas, as instituições e os problemas da Inglaterra, de suas respectivas épocas; quando suas obras são estudadas em outros climas e outros períodos, por pessoas que adotam outras presunções, faz-se grandes confusões, surgindo, em conseqüência, dúvidas sobre os objetivos relacionados." - Cf. *Prática de Análise Econômica*, op. cit. pág. 15.

necessita de economistas que saibam pensar com independência e tenham criatividade. E para economistas desse tipo, tanto quanto para economistas dos países subdesenvolvidos pretendemos que a distinção entre Economia Formal e Economia Política possa ser altamente operacional.

O Problema do Método

Essa distinção é também operacional em relação ao método científico aplicável. Os jovens que começam a estudar Economia ficam muitas vezes surpresos quando aprendem que se trata de uma ciência social. E os próprios economistas, perdidos em suas equações, muitas vezes se esquecem de que a Economia é, antes de mais nada, uma ciência social. Uma das causas desse fenômeno é a de que a Economia trabalha com números: quantidades produzidas, quantidades compradas, quantidades exportadas, quantidades consumidas, receita, custo e lucro verificados, etc. É fácil esquecer que atrás desses números estão homens produzindo, comprando, vendendo. Mas uma outra causa para esse esquecimento está no fato de que parte importante da Economia -- a Economia Formal -- não é, realmente, uma ciência social. A Economia Formal é uma ciência adjetiva, metodológica. O método que utilizará, portanto, semelhantemente a Matemática ou a Lógica, é o dedutivo. Os conceitos da Economia Formal, como os da Lógica, não podem ser provados empiricamente. É tão absurdo tentar provar empiricamente o conceito elasticidades, como o de limite, na Matemática, ou o de silogismo, na Lógica.

Já no caso da Economia Política, a situação é inteiramente diversa. Trata-se de uma ciência eminentemente social. O método mais geral a ser usado, portanto, é o histórico. Trata-se de situar os problemas a serem tratados no espaço e no tempo, e definir os interesses ideológicos em jogo, que eventualmente, interfiram no problema. O método histórico servirá, fundamentalmente, para que possamos formular hipóteses que admitam uma realidade em contínua transformação histórica e para que possamos nos alertar em relação às possíveis implicações ideológicas de nossas próprias hipóteses ou das hipóteses dos outros.

Em seguida, devemos colocar, na medida do possível, essas hipóteses, à prova, através do emprego de método científico e estrito senso. Através da pesquisa empírica procuraremos, então, demonstrar que nossas hipóteses estão corretas. Ou mais especificamente, tentaremos mostrar, utilizando particularmente todo o instrumental estatístico, que as relações de causa e efeito que estabelece não são rejeitadas, dados os elementos de que se dispõe. Não conseguiremos, assim provar as novas hipóteses, mas lograremos, ao menos, uma indicação de sua veracidade, na medida em que nossas perguntas e testes não levem à rejeição das mesmas.

Dissemos, todavia, que o método científico rigoroso deve ser empregado na medida do possível. Isto porque as pesquisas, na Economia, não podem ser aplicadas ao nível de laboratório. Além disso, não podemos controlar, perfeitamente, todas as variáveis que interferem no problema que estamos tentando estudar. E, não bastasse isso tudo, temos ainda que contar com um certo grau de liberdade e de imprevisibilidade no comportamento humano. Por outro lado, quando desenvolver um modelo geral de funcionamento do sistema econômico, como foi o de Ricardo, e de Walras, o de Keynes, não podemos pretender apenas

desenvolver os modelos depois de os termos demonstrados através da pesquisa. Se Keynes houvesse adotado essa posição, provavelmente jamais teria escrito a *Teoria Geral*.

Em qualquer hipótese, fica claro que, na Economia Formal, o método a ser precipuamente empregado é o lógico-dedutivo. Já na Economia Política, na medida em que se trata de uma ciência social, deveremos utilizar, em primeiro lugar, o método histórico, para situar o problema e definir as hipóteses. E em seguida, o método científico de teste de hipóteses com base em pesquisas empíricas.

Conclusão

Vemos, portanto, que esta distinção que estamos propondo entre a Economia Política e Economia Formal, além de possuir uma lógica, é altamente operacional, todavia, uma dificuldade importante de ordem prática. Ao contrário da primeira classificação que apresentamos, ela, na medida em que apresenta uma perspectiva relativamente nova, não reflete o desenvolvimento da Ciência Econômica. Nesses termos, não encontramos livros ou mesmo capítulos de livros que tratem da Economia Formal separados de livros ou capítulos que tratem de Economia Política. Os livros de Microeconomia ou de Macroeconomia, por exemplo, contêm elementos de Economia Formal e Economia Política de forma absolutamente entrelaçada.

Resultam daí não só uma dificuldade didática em separar os dois fenômenos, mas também, uma dificuldade prática. Toda classificação possui áreas cinzentas. E esta não foge à regra. O conceito de elasticidade, por exemplo, está nitidamente dentro da Economia Formal, enquanto que a medida da elasticidade de uma determinada curva de procura está no campo da Economia Política. Já em relação ao teorema de que a maximização dos lucros ocorre teoricamente quando a receita marginal se iguala ao custo marginal, a certeza não é a mesma. Nós classificamos esse teorema na Economia Formal. Mas objeções válidas poderiam ser levantadas, mesmo se nós não estivermos declarando que as empresas se comportam de forma a equalizar receita e custo marginal.

Não queremos negar essas dificuldades. Imaginamos, todavia, que elas poderão ser superadas. E os benefícios que essa classificação pode nos trazer são certamente muito maiores do que esses eventuais problemas. Além de nos orientar a respeito do método científico que deveremos utilizar, ela nos permite distinguir toda uma área da ciência econômica, que sendo metodológica, possui um razoável grau de universalidade e neutralidade, de uma outra área substantiva, a qual faltam exatamente essas qualidades. Não somos, assim conduzidos nem ao extremo de negar qualquer universalidade à Ciência Econômica, nem de pretender atribuir-lhe uma universalidade absoluta, ou mesmo uma tendência a essa universalidade. Fica claro, agora, que a Economia Formal pode pretender essa universalidade. Jamais a Economia Política.